

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº81, REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1994.

No primeiro dia do mês de novembro, do ano de mil novecentos e noventa e quatro, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a Presidência do vereador Renato José Schneider, estando ainda presentes os seguintes edis: Roque Danilo Exner, Carlos Henrique Schaeffer, Mauro Moacir Diefenbach, Arlindo Vogel, Jose Führ, Agenor Eloir Schmidt, Francisco Exner e João Adelmo Welter. O Presidente declarou aberta a Reunião e solicitou de imediato, ao Secretário da Mesa Diretora, vereador Mauro M. Diefenbach, a procedência da leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão, observou o vereador Agenor Eloir Schmidt, que o dono do Jornal Livre Expressão, não era o proprietário do ex-Jornal Ivoti, como constava na Ata, e sim funcionário desse Jornal. Após a ressalva, a Ata foi aprovada por unanimidade.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA - Da Assembléia Legislativa, o jornal Diário da Assembléia de Nº6448; Do Deputado Caio Repiso Riela, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, convite aos vereadores, para participarem de debate de temas, com os Deputados Federais e Senadores eleitos pelo Rio Grande do Sul, no dia 8 de novembro, do ano em curso, com início às 9 (nove) horas e 30 (trinta) minutos, no Plenarinho da Assembléia – 3º andar; Da Câmara Municipal de Sapiranga, Of.409/94, encaminhando indicação feita pelo vereador Luiz Roberto Prezzi; Do Poder Executivo Of.nº167/Gab/94, encaminhando o Projeto de Lei que Orça a Receita e fixa a Despesa do Município de Presidente Lucena-RS, para o exercício de 1995, e dá outras providências.

DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS - Foi formada Comissão para analisar o Projeto de Lei Nº29/94, que Orça a Receita e Fixa a Despesa do Município de Presidente Lucena-RS, para o exercício de 1995, e dá outras providências. Sendo nomeado como Presidente da Comissão, o vereador Agenor E. Schmidt, como relator o vereador Francisco Exner e sendo determinado que revisores seriam os demais vereadores.

ORDEM DO DIA - Houve a votação do Projeto de Lei Nº28/94, que cria o Programa Estudantil Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários por um dia, no Município de Presidente Lucena. O relator, vereador José Führ, comentou que os estudantes de hoje seriam os políticos do amanhã. E que no momento estavam legislando esse Município e que no futuro seriam as crianças do presente. E como o Projeto era claro, especificando as normas a serem obedecidas pelos interessados, seu parecer seria favorável. Comentou o vereador Roque D. Exner que queria parabenizar o colega vereador Mauro M. Diefenbach pela iniciativa. E que o referido Projeto era um incentivo aos estudantes. Falou ainda o vereador Mauro M. Diefenbach que os estudantes iriam estudar mais, para obterem a aprovação necessária para poderem ocupar os cargos do Projeto. Após os comentários, o Projeto foi aprovado por unanimidade em 1ª (primeira) votação. Agradeceu no momento, o vereador Mauro M. Diefenbach pela colaboração dos colegas. Em continuidade à revisão do Projeto de Lei que implanta as placas de táxi no Município de Lindolfo Collor, para possível adaptação do mesmo ao Município, comentou o vereador Mauro M. Diefenbach que pelo inciso IV (quarto) do Artigo 15 (quinze) o proprietário de táxi não poderia vender a placa para outra pessoa, sem prévia autorização da Prefeitura. Disse ainda que gostaria que não integrasse o Projeto, o referido artigo, pois se proprietário da placa de táxi quisesse vendê-la que o mesmo assim o pudesse proceder. Falou o vereador Agenor E. Schmidt que ao ver dele estava correto o artigo, pois a Prefeitura teria que autorizar a exploração do serviço de táxi. Comentou o vereador Arlindo Vogel que pelo artigo, praticamente a Prefeitura estava escolhendo quem pudesse ser taxista, pois se proprietário de placa de táxi quisesse vendê-la, que só poderia passá-la para outra pessoa autorizada pela Prefeitura. Comentou o vereador Arlindo Vogel, que o correto seria, que quando taxista não quisesse mais exercer a função, que devolvesse a placa para a Prefeitura, mas que não tinha conhecimento de Município em que isso acontecia assim, pois que os taxistas vendiam as placas. Falou o vereador Roque D. Exner que seria correto o taxista que não quisesse mais exercer a função, que devolvesse a placa, a fim de que o próximo inscrito pudesse passar a desenvolver a atividade. Comentou o Presidente da Mesa Diretora, que achava que não havia anormalidade no referido Artigo, e que em sua opinião, era correto a Prefeitura autorizar o interessado na exploração do serviço. Quando concluída a revisão, falou o vereador Roque D. Exner que o Projeto falava dos deveres e direitos dos taxistas, mas que as obrigações eram muitas e os direitos poucos.

EXPOSIÇÕES PESSOAIS - Comentou, no momento, o vereador Arlindo Vogel, que em relação ao Projeto que instituiu o programa de apoio ao pequeno e médio produtor rural, quando da sua votação teve dúvidas sobre o Artigo que falava de acessos, e que o colega, vereador José Führ, se informara e tendo sido lhe dito que os acessos aos quais se referia o Projeto eram abertura de ruas e estradas. E se baseando nisso, como até o presente, deste a emancipação, não havia sido arrumada a rua que conduz as residências de quatro moradores, para os quais vendeu as terras, se inscrevera no referido programa para deixar arrumar a mencionada Rua. E que na sexta-feira, dia 28 (vinte e oito) de outubro, passado, o operador da retroescavadeira passara na sua residência e lhe falara que de tarde iria fazer o serviço dele. Falou ainda o vereador Arlindo Vogel que dissera ao operador que para ser feito o serviço seria necessário também a ajuda de caminhão, pois havia necessidade de ser levado sabro sob a rua. E que o mesmo então lhe falara que o Secretário de Obras ainda comentara o mesmo, mas que ficara por isso. E de tarde o operador da máquina tendo retornado para saber como havia ficado a questão. Disse o vereador Arlindo Vogel que então telefonara para a Prefeitura e que falara com o Prefeito. E que esse lhe dissera que no referido programa, para esse serviço, não constava a participação de caminhão na execução do mesmo. Comentou o vereador Arlindo Vogel, que então o operador da retroescavadeira falara que não sabia o que estava acontecendo no Município, pois que na manhã do mesmo dia, fizera a abertura de acesso e que dois caminhões ajudaram. Disse o vereador Arlindo Vogel que isso não podia admitir, pois que de manhã fora uma coisa e a tarde outra. Disse o vereador Francisco Exner que tinha absoluta certeza de que no Projeto, para abertura de acessos, só constava o serviço de retroescavadeira. Falou o vereador Arlindo Vogel que quando da votação foram lhe esclarecidas as dúvidas, sendo dito que acessos, era a abertura de ruas e que simplesmente com retroescavadeira não se conseguia deixar um acesso trafegável. Falou o vereador Francisco Exner que quando fora arrumado o acesso para o munícipe Inácio Führ, o mesmo teve que contratar caminhão de forma particular, e a Prefeitura só tendo colocado a máquina à disposição. Disse o vereador Arlindo Vogel ao vereador Francisco Exner, que o mesmo sempre defendia o Prefeito e que nunca defendia a população do Município. Falou então o vereador Francisco Exner que quando da votação do referido Projeto, o colega vereador Arlindo Vogel perguntara ao vereador José Führ se a abertura de acessos era abertura de ruas até a roça ou até a residência do interessado. E que o vereador José Führ, após ter se informado, falara que abertura de acessos no projeto era a abertura de ruas à roça ou à residência, mas que no projeto não constava e também nada tendo sido falado sobre caçambas, e que até havia a gravação para provar o mesmo. Falou então o vereador Arlindo Vogel, que era mais grave ainda, pois que na manhã do dia em que o operador viera na casa dele, fora trabalhado com caçamba na abertura de acesso. Perguntou no momento o vereador Mauro M. Diefenbach, ao vereador Arlindo Vogel quem fora o beneficiado com a abertura de acesso em que as caçambas da Prefeitura trabalharam. Disse o vereador Arlindo Vogel que não iria citar o nome para não se incomodar. Disse ainda o vereador Arlindo Vogel que a estrada que pedira que arrumassem era de 100 (cem) metros de comprimento e iria beneficiar quatro moradores e que nem era coisa de estarem querendo pagar, pois era rua pública e, portanto a Prefeitura teria que, por certo, arruma-la. Comentou o vereador José Führ que o referido Projeto já gerara muita polêmica, e que o colega vereador Agenor E. Schmidt lhe falara anteriormente, que beneficiado com o serviço de retroescavadeira quando fora pagar pelo serviço, na Prefeitura, teve que pagar 10% (dez por cento) de multa por ter passado do prazo 2 (dois) dias, e que o prazo era de 15 (quinze) dias após a execução do serviço. Falou ainda o vereador José Führ que referido munícipe falara ao vereador Agenor E. Schmidt, que quando reclamara com funcionário da Prefeitura, esse teria falado que era culpa dos vereadores. Comentou o vereador José Führ, se um projeto vinha para a Câmara e se os vereadores não o aprovassem, certamente seriam criticados por não o aprovarem e quando aprovavam também eram condenados. Disse ainda que o funcionário da Prefeitura poderia falar aos agricultores, quando da inscrição, que após o serviço prestado, teriam 15 (quinze) dias para pagá-lo e não deixar de comunicar o mesmo ao colono e quando viesse reclamação, por a culpa nos vereadores. Comentou o vereador Agenor E. Schmidt que o referido munícipe que teve que pagar a multa, não sabia o prazo que tinha para efetuar o pagamento do serviço prestado, sem receber multa. E que também não se lembrara mais de que o prazo era de 15 (quinze) dias, pois que no ano passado havia o mesmo sido de 30 (trinta) dias. Falou o vereador Mauro M. Diefenbach, que teria-se que chamar o funcionário que falara que os vereadores eram os culpados, para que esclarecesse sua afirmação. Falou o vereador Francisco Exner que o funcionário da Prefeitura que falara o mencionado, talvez houvesse se expressado mal, pois que o projeto de lei, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias, havia sido

aprovado pelos vereadores, e que possivelmente tenha sido esse a intenção, mas da maneira que falara, dando a entender outra coisa. Disse então o vereador José Führ, porque na Administração Municipal não podiam assumir seus erros, pois que assumia o que fazia, e que ajudara a aprovar o Projeto. Falou também o vereador Arlindo Vogel porque a Administração sempre empurrava os problemas para os vereadores. Disse que essas atitudes mostravam que não queriam que os vereadores aprovassem os projetos. Perguntou ainda o vereador Arlindo Vogel qual o procedimento da Administração Municipal com os funcionários de empresas que queriam deixar fazer terraplanagem para construção de suas casas, já que quando se inscrevera lhe fora exigido o talão de produtor. Comentou o Presidente da Mesa Diretora que o Projeto de Lei criava o programa de apoio ao pequeno e médio produtor rural e que funcionário de empresa, já era outra questão, visto que o mesmo não dispunha de talão de produtor. Falou ainda o vereador Arlindo Vogel que a partir do presente momento, o projeto de lei que não fosse bem claro, não iria mais dar seu parecer. Aproveitou o momento ainda o vereador José Führ, para solicitar o envio de correspondência ao Poder Executivo solicitando que fosse arrumado o assento da parada de ônibus, localizada defronte a Calçados Dilly. Também o vereador Agenor E. Schmidt pediu que fosse enviada correspondência ao Poder Executivo, solicitando que fosse arrumada a entrada para a localidade de Vila Rica. Disse que a Rua Presidente Lucena foi arrumada e o operador da motoniveladora tendo deixado saliência junto à entrada da referida rua. Pediu no instante o vereador Francisco Exner para ser realizada a próxima sessão na terça-feira, dia 08 (oito) de novembro, do presente ano. Pois que na quarta-feira, a tarde seria dada a primeira tarefa da II (segunda) Gincana da Emancipação de Presidente Lucena, e como iria participar da mesma, ficaria difícil para vir na reunião. Falou o Presidente da Mesa Diretora que também já pensara o mesmo, pois dessa maneira, na quarta-feira, poderia assinar os ofícios, já que na quinta-feira, dia 10 (dez) de novembro, seria feriado municipal. Estando todos os vereadores de acordo para a realização da próxima reunião na terça-feira, dia 8 de novembro do ano em curso. Perguntou no instante o Presidente da Mesa Diretora, vereador Renato José Schneider, ao vereador Arlindo Vogel, por que havia a necessidade da participação no serviço. Respondeu o vereador Arlindo Vogel que a caçamba seria necessária para ensaiar a rua. Falou então o Presidente da Mesa Diretora que a Prefeitura não poderia ensaiar rua particular. Disse então o vereador Arlindo Vogel que a rua não era particular. Pediu o Presidente da Mesa Diretora ao Assessor Legislativo, que deixasse o Projeto de Lei que institui o programa de apoio ao pequeno e médio produtor rural, a mãos, para ser melhor estudada a questão, na próxima reunião. Comentou o vereador Arlindo Vogel por que os quatro moradores não podiam ser beneficiados, sendo arrumada a rua. Já que para inúmeros munícipes era arrumada a estrada, mesmo que fosse beneficiada, algumas vezes, somente uma pessoa. Disse o Presidente da Mesa Diretora, que não tinha conhecimento de nenhum munícipe, para o qual a Prefeitura tivesse gratuitamente arrumado a rua. Comentou ainda o vereador Renato J. Schneider, que tinha uma taipa sobre suas terras, na divisa com as do vizinho, e que pretendia deixar tirar a mesma, para fazer um acesso, e que para isso contratara empresa particular. Pois sabia que a Prefeitura não iria tirá-la. E, mesmo querendo construir aviários, preferiu deixar fazer o serviço de forma particular, sabendo que há o Projeto para construção de aviários. Por último pediu aos colegas vereadores, que avisassem os inscritos para aquisição de telefone, que os mesmos seriam comercializados no dia seguinte das 9h:00 min (nove horas) às 18h:00 min (dezoito horas) e no dia 05 (cinco) do presente mês, das 8h:00min (oito horas) às 18h:00min (dezoito horas). Perguntou o vereador Carlos H. Schaeffer se teria que ser paga a linha telefônica quando da aquisição. Disse o vereador Francisco Exner que 30% (trinta por cento) teria que ser dado de entrada e o restante poderia ser negociado com a empresa, para ser pago em até 10 (dez) parcelas. Disse que no início empresa não fizera a exigência dos 30% (trinta por cento), mas como a obra estava sendo feita em ritmo acelerado, a empresa precisava de recursos financeiros para poder efetuar a mesma. E que as obras estavam em ritmo acelerado, pois havia a intenção de inaugurar os telefones ainda em dezembro do presente ano, ou até fevereiro do próximo, mas que não era algo certo. Falou então o vereador Carlos H. Schaeffer que a empresa estava querendo cobrar e não sabia até quando' seriam entregues os telefones. Disse então o vereador Francisco Exner, que não era bem assim, pois a empresa Pampa, que iria fazer a instalação, iria concluir a obra em 60 (sessenta) dias, só que dependeria da CRT a ligação do sistema. Falou o vereador Mauro M. Diefenbach, que como a empresa ganhara a licitação, que não via o porquê de a mesma exigir o pagamento de 30(trinta por cento) como entrada, pois se não tivesse condições de executar a obra, que não tivesse participado da licitação. Comentou o vereador Francisco Exner, que não falara com o Presidente da Comissão que escolhera a empresa, para

saber ao certo o que foi decidido, mas que pretendiam negociar com a mesma a possibilidade de ser pago 30% (trinta por cento) da obra. Pois teria alguns que iriam comprar o telefone à vista e, portanto os demais não precisariam pagar o referido percentual. Comentou o vereador Mauro M. Diefenbach que tinha a impressão que iria demorar a serem ligados os telefones. Disse que esperava estar enganado, mas a impressão que tinha era de que iria demorar. Falou ainda o vereador Francisco Exner, que no Município de Linha Nova, a população já tinha pagado a metade dos telefones e as obras estavam no mesmo estágio que as desse município. Que a empresa que estava instalando os telefones naquele município não respeitara as leis da CRT, enquanto que a Pampa estava seguindo as normas da CRT. Comunicou ainda o vereador José Führ, que o funcionário do Posto do Banco do Brasil no município, pedira que avisasse aos colegas vereadores, que aqueles que ainda não tivessem feito seu cadastro, que o fizessem, pois o prazo encerrava em dezembro, do presente ano. Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a Reunião, marcando a seguinte em caráter ordinário, para o dia 08(oito) de novembro, do corrente ano, no mesmo local e horário. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Assessor Legislativo, elaborou a presente Ata, a qual após lida e aprovada, será subscrita pelo Presidente e Secretário da Mesa Diretora.